

1. Sobre o contrato de aprendizagem, analise as proposições e responda:

I. O trabalho educativo, como meio de realização da aprendizagem, é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, podendo haver a percepção de remuneração pelo adolescente sem desqualificar o caráter educativo e sem gerar vínculo empregatício.

II. Apenas a pessoa física maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos pode celebrar contrato de aprendizagem.

III. As entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, podem contratar aprendizes, sendo que nessa hipótese o vínculo de emprego não se forma diretamente com a tomadora dos serviços.

IV. As microempresas e as empresas de pequeno porte ficam dispensadas de contratar aprendizes.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

2. Sobre o trabalho rural, analise as proposições abaixo e responda:

I. Não se considera empregador rural a pessoa física ou jurídica que explora habitualmente atividade agroeconômica por conta de terceiros, ainda que mediante a utilização de trabalho de outrem.

II. A lei define o empregado rural como sendo a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, executa serviços não eventuais de natureza agrária, sob subordinação e mediante salário.

III. O consórcio de empregadores é aquele formado pela união de produtores rurais pessoas físicas ou jurídicas, tendo uma delas poderes outorgados pelas demais para contratar trabalhadores para prestar serviços exclusivamente aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos de documentos.

IV. O trabalho prestado em imóvel rural, mesmo que no âmbito residencial,

sem destinação econômica, em favor da família do proprietário da terra, é considerado trabalho rural.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- c) Apenas a proposição III é verdadeira.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

3. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O salário-família se trata de um direito constitucionalmente assegurado a todos os empregados urbanos, rurais e domésticos.
- b) A lei proíbe descontos nos salários dos empregados domésticos a título de moradia, higiene, vestuário e alimentação, salvo quando essa possibilidade tenha sido expressamente acordada pelas partes.
- c) O empregado doméstico inscrito no regime do FGTS, quando demitido sem justa causa, faz jus ao benefício do seguro-desemprego, até o limite de quatro parcelas, cada uma no valor máximo de um salário-mínimo.
- d) Não se aplica às relações de trabalho doméstico o instituto da sucessão de empregadores.
- e) O empregado doméstico que estiver recebendo algum benefício de prestação continuada da Previdência Social não poderá se habilitar para fins de percepção do seguro-desemprego.

4. Sobre as Comissões de Conciliação Prévia, assinale a alternativa falsa:

- a) A lei admite que sejam criadas Comissões de Conciliação Prévia por empresa ou grupos de empresas, com no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, sendo a metade indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados.
- b) A lei admite a criação de Comissão de Conciliação Prévia intersindical, assegurando aos membros que a compõem, na condição de representantes dos empregados, estabilidade no emprego até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.
- c) Com o ajuizamento de demanda perante a Comissão de Conciliação

Prévia, suspende-se o prazo de prescrição, que voltará a fluir a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de dez dias para a realização da sessão conciliatória.

d) A lei admite a possibilidade de ajuizamento de ação trabalhista sem que a demanda tenha sido antes submetida à Comissão de Conciliação Prévia instituída na localidade da prestação de serviços.

e) Não dispondo as partes de outro modo, a conciliação celebrada perante a Comissão de Conciliação Prévia terá eficácia liberatória geral em relação às verbas reclamadas.

5. Sobre a relação de emprego, analise as proposições abaixo e responda:

I. A doutrina dominante rejeita a teoria da descontinuidade para a conceituação do trabalho eventual, uma vez que em descompasso com a própria definição de empregado contida no texto da CLT.

II. São elementos jurídico-formais essenciais para a validade da relação de emprego: a subordinação, a não-eventualidade, a onerosidade e a pessoalidade.

III. A relação de emprego, de acordo com a doutrina dominante, não tem natureza contratual, tendo em vista que a vontade dos contratantes é substituída pela vontade do Estado.

IV. A subordinação, como elemento definidor da relação de emprego, pressupõe a submissão do empregado ao empregador em razão de sua dependência econômica.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

6. Sobre o contrato de estágio, assinale a alternativa falsa:

a) O estágio remunerado possui todos os elementos fáticos que identificam a relação de emprego.

- b) Pode haver contrato de estágio sem remuneração.
- c) O contrato de estágio para ter validade exige sempre um termo de compromisso entre o estudante e a empresa, com a interveniência da instituição de ensino.
- d) A responsabilidade e a coordenação do estágio é feita pela instituição de ensino onde o estagiário encontra-se matriculado.
- e) O estagiário deverá, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

7. Sobre as cooperativas de trabalho, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Apenas as pessoas físicas podem ser sócias de uma cooperativa.
- b) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios é sempre limitada.
- c) As quotas do capital social de uma cooperativa podem ser transferidas a terceiros estranhos à sociedade.
- d) Cada sócio de uma cooperativa tem direito a apenas um voto nas deliberações de assembleias, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação
- e) Pelo princípio da dupla qualidade, o cooperado, além de sócio, pode também ser empregado da cooperativa.

8. Analise as proposições e responda:

- I. Consoante jurisprudência pacificada, é inválida a cláusula de convenção coletiva que fixa jornada de trabalho superior a seis horas para as empresas que adotam o sistema de turno ininterrupto de revezamento.
- II. A hora noturna do portuário, compreendida entre vinte horas e sete horas do dia seguinte, é de sessenta minutos.
- III. A jornada normal de trabalho dos trabalhadores em minas de subsolo é de cinco horas diárias e trinta horas semanais.
- IV. As horas extras habituais devem integrar o cálculo da parcela de adicional de periculosidade.

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras

- b) apenas as proposições II e III são verdadeiras
- c) apenas a proposição II é verdadeira
- d) todas as proposições são verdadeiras
- e) todas as proposições são falsas

9. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Os empregados sujeitos a horários variáveis, com duração diária de labor de 7 (sete) horas, nos serviços de telefonia e radiotelefonia, fazem jus a um intervalo interjornada de 17 (dezesete) horas.
- b) Os digitadores têm direito a intervalos para descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo, não se computando tais períodos na duração normal do trabalho.
- c) Os intervalos intrajornadas concedidos por força de lei a todos os trabalhadores com jornada superior a quatro horas diárias devem ser remunerados.
- d) A jurisprudência mais atual considera que, em face da legislação vigente, a não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, não sujeita o empregador a penalidades administrativas, cabendo-lhe, no entanto, remunerar o período correspondente com o adicional de 50%.
- e) Consoante jurisprudência já pacificada, a inobservância do intervalo interjornada de 11 (onze) horas após o descanso semanal, desde que não importe em excesso na jornada efetivamente trabalhada, em nenhuma hipótese confere ao obreiro direito a qualquer ressarcimento, sendo apenas uma infração sujeita a penalidade administrativa.

10. Em relação ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, analise as proposições abaixo e responda:

- I. O empregador pode ser representado em audiência por preposto com conhecimento dos fatos que envolvem a lide, desde que seja seu empregado, com exceção apenas das ações de empregado doméstico, cuja representação prescinde da existência de relação de emprego com o preponente.
- II. A ação deve ser julgada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado do

seu ajuizamento, salvo nos casos de demandas em que figuram como partes os entes da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, cuja solução final do processo deve ocorrer em 30 (trinta) dias.

III. Declarando o autor que o reclamado encontra-se em local incerto e não sabido, far-se-à a citação por edital.

IV. Não se defere a intimação judicial de testemunhas, cabendo às partes trazê-las espontaneamente.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

11. Em relação ao recurso de revista, analise as proposições abaixo e responda:

I. Não se admite recurso de revista nas causas de procedimento sumaríssimo, salvo quando contrariadas súmulas e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho ou por violação direta da Constituição da República.

II. Cabe recurso de revista das decisões proferidas em grau de agravo de petição pelos Tribunais Regionais do Trabalho, ou por suas turmas, nas ações de embargos de terceiro, quando tenha havido contrariedade às sumulas ou orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, bem como quando afrontada, de modo direto e literal, a Constituição da República.

III. Considera-se prequestionada a matéria ou a questão jurídica invocada no recurso de revista, quando o tribunal prolator do acórdão impugnado, mesmo tendo sido provocado por meio de embargos declaratórios, não pronuncia tese explícita a respeito.

IV. Não cabe recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, salvo se houve, em segunda instância, o agravamento da condenação imposta.

a) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras

b) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras

c) Apenas as proposições II, III e IV são verdadeiras

d) Todas as proposições são verdadeiras

e) Todas as proposições são falsas

12. Em relação à prova no processo do trabalho, assinale a alternativa verdadeira:

a) Consoante a jurisprudência dominante, cabe ao empregado comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis para a obtenção do vale-transporte.

b) Não se aplica ao processo do trabalho a regra de distribuição do ônus da prova do processo civil, tendo em vista dispor a CLT de regra própria.

c) Tendo o autor alegado a existência de diferenças nos depósitos de FGTS, cabe-lhe demonstrá-las, não se podendo impor ao empregador a comprovação da regularidade dos recolhimentos por ele sustentada na defesa, vez que seria obrigá-lo a provar fato negativo.

d) Havendo pedido de equiparação salarial, cabe ao empregador o ônus da prova quanto à ausência de identidade de função.

e) São inválidos como meio de prova os cartões de ponto trazidos pelo empregador com registros de horários rígidos e inflexíveis, estabelecendo-se, na hipótese, a presunção *juris et de jure* de veracidade da jornada de trabalho indicada na inicial.

13. Assinale a alternativa verdadeira, à luz do processo do trabalho:

a) O prazo de cinco dias para a parte que interpôs recurso por meio de fac-símile apresentar os originais da peça recursal começa a fluir sempre do primeiro dia útil subsequente à interposição.

b) O prazo para comprovação do pagamento de custas processuais no caso de recurso, sempre a cargo da parte recorrente, é de 5 (cinco) dias contados do seu recolhimento.

c) Poderá o juiz conceder de ofício os benefícios da justiça gratuita quando preenchidos os requisitos legais.

d) Consoante jurisprudência pacificada, não é passível de recurso imediato a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial.

e) No caso de procedência de ação declaratória, as custas processuais deverão corresponder a 2% (dois por cento) do valor fixado para esse fim pelo juiz prolator da decisão.

14. Analise as proposições abaixo e responda:

I. Durante o recesso forense na Justiça do Trabalho, de 20 (vinte) de dezembro a 6 (seis) de janeiro, os prazos processuais ficam suspensos, recomeçando a correr, o período que sobejar, a partir de 7 (sete) de janeiro ou no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

II. Na hipótese de ter sido a parte intimada no sábado para praticar determinado ato processual, a contagem do prazo terá início no primeiro dia útil imediato.

III. Os prazos peremptórios no processo do trabalho, previstos na CLT, não poderão ser prorrogados pelo juiz.

IV. Não se aplica ao processo do trabalho nenhum dos prazos previstos no Código de Processo Civil, tendo em vista que a aplicação supletiva das regras do processo comum somente pode ocorrer na hipótese de omissão da CLT.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

15. À luz do processo do trabalho, analise as proposições abaixo e responda:

I. A ação judicial de inquérito para apuração de falta grave, movida pelo empregador contra empregado estável, somente pode ser apresentada por meio de petição escrita, não se admitindo, no caso, que seja formulada verbalmente.

II. Na ação judicial de inquérito para apuração de falta grave, as partes poderão indicar até seis testemunhas e as custas processuais deverão ser pagas antes do julgamento da lide, calculadas sobre o valor de seis vezes o salário mensal do empregado requerido.

III. As entidades autárquicas fiscalizadoras do exercício profissional não são isentas do pagamento de custas processuais.

IV. Não se aplica ao processo do trabalho o princípio da ultrapetição.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

16. Ainda em relação ao processo do trabalho, assinale a alternativa falsa:

- a) Consoante jurisprudência consolidada, o indeferimento da prova testemunhal requerida pela parte sobre a qual houve a aplicação da pena de confissão ficta não constitui cerceamento ao direito de defesa.
- b) Apenas a presença do advogado em audiência, munido de defesa e de procuração, sem estar acompanhado da parte ou do preposto, não tem o condão de elidir a revelia, conforme entendimento já sumulado pelo TST.
- c) A exceção de suspeição suspende o andamento do processo.
- d) Se por motivo de doença o empregado não puder comparecer pessoalmente à audiência na qual deveria depor, revela-se possível fazer-se substituir por um outro empregado da mesma profissão, que prestará depoimento como representante da parte naquele ato, evitando, desse modo, a aplicação da pena de confissão ficta.
- e) A parte poderá suscitar conflito de competência, salvo se já houver oposto na causa exceção de incompetência.

17. Sobre os atos administrativos, é falso afirmar:

- a) Os atos administrativos nulos produzem efeitos jurídicos.
- b) Os atos inexistentes são imprescritíveis, não podem ser convalidados e nem objeto de conversão, sendo ainda, em relação a eles, cabível o direito de resistência.
- c) O ato administrativo discricionário praticado com vício de competência

pode ser convalidado ou invalidado, a critério da autoridade administrativa competente para a prática do ato.

d) A revogação é ato discricionário privativo da Administração, com efeitos *ex nunc*, não podendo atingir os atos vinculados.

e) A teoria dos motivos determinantes não se aplica aos atos administrativos discricionários.

18. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa verdadeira:

I. Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas são exercidos, em caráter privado, por delegação do Poder Público, mediante autorização legislativa.

II. As chamadas agências reguladoras, na condição de autarquias especiais, adotam o regime estatutário para o seu quadro de pessoal, com a observância da regra constitucional de ingresso mediante concurso público.

III. Mesmo sendo pessoa jurídica de direito privado, a empresa pública integra a administração indireta do Estado, sujeitando-se aos princípios constitucionais da administração pública, podendo gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

IV. A sociedade de economia mista integra a administração indireta do Estado, sendo formada por capital público e privado e criada para exercer atividades típicas da Administração Pública.

a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

b) Apenas a proposição II é verdadeira.

c) Apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

19. Assinale a alternativa falsa:

a) A criação de empresa subsidiária de entidade da administração indireta depende de uma lei autorizadora específica.

b) A empresa pública e a sociedade de economia mista podem ser estruturadas sob a forma de sociedade anônima.

c) As sociedades de economia mista estão sujeitas ao controle externo pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.

d) As autarquias gozam de imunidade tributária e os seus bens são imprescritíveis.

e) As pessoas de cooperação governamental, também denominadas de serviços sociais autônomos, têm personalidade jurídica de direito privado, dependem de lei para serem criadas, não possuem fins lucrativos e não recebem recursos financeiros diretamente do erário.

20. Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as proposições abaixo e responda:

I. O particular que tiver o seu patrimônio lesado em razão da atuação estatal poderá pleitear a devida reparação, seja pela via administrativa, seja pela via judicial, bastando para tanto demonstrar o nexo causal entre o dano e a ação administrativa.

II. A teoria da responsabilidade objetiva do Estado tem como fundamentos o princípio da repartição dos encargos sociais e a chamada teoria do risco administrativo.

III. A Constituição da República adota duas espécies de responsabilidade civil no âmbito administrativo: a responsabilidade objetiva em relação ao particular lesado, e a responsabilidade subjetiva em relação ao agente estatal causador da dano.

IV. Tratando-se de dano causado por magistrado no exercício da função jurisdicional, a ação indenizatória pode ser ajuizada tanto em face da pessoa jurídica de direito público quanto em desfavor do magistrado, que, na condição de agente político do Estado, assume a responsabilidade por seus atos de modo concorrente.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

21. Analise as proposições abaixo à luz do Direito Civil e responda:

I. O negócio jurídico se distingue do ato jurídico em sentido estrito; o primeiro tem como essência a auto-regulação dos interesses particulares em conformidade com o ordenamento jurídico; o segundo não tem função e nem natureza de auto-regulamento.

II. A declaração de vontade é elemento essencial do negócio jurídico, o mesmo não ocorrendo com os atos jurídicos em sentido estrito, cujos efeitos se operam na forma da lei, ficando a intenção ou a manifestação volitiva no plano secundário.

III. O vício de consentimento torna o negócio jurídico anulável, podendo, no entanto, ser confirmado pelas partes, de modo expresso ou tácito, ressalvado o direito de terceiro.

IV. O prazo decadencial para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de quatro anos.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

22. Assinale a alternativa falsa:

a) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são relativamente incapazes para a prática de certos atos da vida civil.

b) É anulável o ato jurídico praticado por pessoa completamente embriagada que, em razão dessa situação transitória, não se encontrava em condições de exprimir a sua vontade.

c) A emancipação voluntária decorre de ato unilateral dos pais, que devem sempre levar em conta o interesse do filho menor, exigindo-se, para isso, instrumento público, sem a necessidade de homologação judicial.

d) Salvo as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis, intransmissíveis, imprescritíveis e inexpropriáveis.

e) O maior de 16 (dezesseis) anos e menor de 18 (dezoito) anos não emancipado pode ser mandatário, independentemente da presença de um

assistente.

23. Analise as proposições abaixo e responda:

I. O conceito material de Constituição se vincula ao conteúdo básico referente à composição e ao funcionamento da ordem política, envolvendo a organização do poder, a distribuição da competência, a forma de governo e os direitos da pessoa humana.

II. As constituições flexíveis não exigem nenhum requisito especial de reforma, podendo ser emendadas ou revisadas pelo mesmo processo empregado para elaboração ou revogação de lei ordinária.

III. A flexibilidade constitucional se mostra possível tanto nas constituições consuetudinárias como nas constituições escritas.

IV. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como prolixa, codificada e dogmática, trazendo apenas matérias constitucionais em sentido estrito, remetendo para a legislação complementar ou ordinária questões que, por sua natureza, são alheias ao direito constitucional propriamente dito.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

24. Sobre as garantias constitucionais de natureza processual, examine as proposições abaixo e responda:

I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, desde que em defesa de seus filiados, para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II. Não têm legitimidade ativa para propor ação popular os partidos políticos, as entidades de classe e os estrangeiros.

III. O *habeas data* visa proteger direito líquido e certo ao conhecimento de informações relacionadas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

IV. São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de

segurança, uma vez que têm por objetivo assegurar o exercício da cidadania.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

25. Analise as proposições abaixo e responda:

I. O Procurador-Geral da República, antes do término do seu mandato, poderá ser exonerado, de ofício, pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

II. A partir da posse no cargo, os Deputados e Senadores são submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal e passam a ser invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

III. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado por crimes de responsabilidade, cabendo o julgamento ao Senado Federal.

IV. Os Deputados e Senadores não poderão, a partir da posse, firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira
- b) Apenas as proposições I, II e IV são verdadeiras
- c) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras
- d) Todas as proposições são verdadeiras
- e) Todas as proposições são falsas

26. Analise as proposições abaixo à luz do Direito Processual Civil e responda:

I. Por se tratar de questão de ordem pública, poderá o juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, declarar de ofício a nulidade de cláusula de

eleição de foro, na hipótese de contrato de adesão, declinando da competência para o juízo de domicílio do réu.

II. A reiteração de uma ação já extinta sem julgamento de mérito deve ser distribuída por dependência ao mesmo juízo que a extinguiu, ainda que, no caso de litisconsórcio passivo, sejam parcialmente alterados os réus da demanda.

III. Trata de competência absoluta a norma legal que fixa como competente, nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, o foro da situação da coisa, salvo se o litígio não versar sobre propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

IV. A regra da *perpetuatio jurisdictionis* fixa a competência no momento da propositura da ação; a norma processual admite como exceção a posterior modificação da competência em razão da matéria.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

27. Assinale a alternativa verdadeira à luz do Direito Processual Civil:

- a) É competente o foro do lugar do ato ou fato para as ações de reparação de dano decorrente de ato ilícito extracontratual.
- b) O valor da causa não é critério determinativo de competência.
- c) A pessoa jurídica de direito privado não pode ser demandada no domicílio da agência em que se praticou o ato, sendo competente o foro do lugar onde está a sua sede.
- d) A competência em razão do território não pode ser modificada pela conexão.
- e) Para as ações propostas contra uma sociedade de fato, o foro competente pode ser o do domicílio do autor ou do lugar em que a ré exerce a sua atividade principal.

28. Analise as proposições abaixo à luz do Direito Civil e responda:

- I. O terceiro não interessado que pagar dívida de outrem, ainda que em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- II. O pagamento feito ao credor putativo é válido, desde que de boa-fé.
- III. Qualquer interessado na extinção de uma dívida pode pagá-la, mesmo com a oposição do credor.
- IV. A novação por substituição do devedor apenas pode ser efetuada com o consentimento deste.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

29. Considerando as proposições abaixo, responda:

- I. Segundo o ordenamento jurídico nacional, o princípio da *lex loci executionis* não admite exceção em face da hipossuficiência do empregado.
- II. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado pelo Tratado de Assunção, tendo como meta a busca do desenvolvimento econômico como um meio de promoção da justiça social.
- III. A Convenção n. 138 da OIT estabelece que, nos trabalhos perigosos para a saúde, a segurança ou a moral dos menores, a idade mínima será de 18 (dezoito) anos, admitida a flexibilização em face das peculiaridades de cada Estado-membro.
- IV. A Convenção n. 103 da OIT assegura uma licença obrigatória de no mínimo doze semanas para a empregada gestante, estabelecendo, ainda, que o custo das prestações devidas à empregada durante o seu afastamento não deve, em hipótese alguma, ser imputado pessoalmente ao empregador.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

30. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. As Resoluções expedidas pela Conferência Internacional do Trabalho devem ser submetidas ao Poder Legislativo dos Estados-membros, que podem ou não acatá-las como sugestão para a elaboração de norma interna.

II. A vigência de uma Convenção da OIT depende da ratificação pelos Estados- membros, cujo número e condições são fixados pela própria Convenção, não estando sujeita à revisão pela Conferência, na medida em que constituem normas mínimas de proteção ao trabalho.

III. Conforme jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro limita-se aos atos de império, não alcançando os atos de mera gestão.

IV. A OIT não tem personalidade jurídica.

a) Apenas a proposição III é verdadeira.

b) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.

c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

31. Sobre a Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa falsa:

a) Trata-se a OIT de uma pessoa jurídica de direito público internacional, de caráter permanente, que integra o sistema das Nações Unidas como uma de suas agências especializadas.

b) Apenas os Estados que integram a Organização das Nações Unidas – ONU podem ser membros da OIT.

c) A Conferência Internacional do Trabalho, que compõe a estrutura orgânica da OIT, é a assembléia geral de todos os Estados-membros, a quem compete traçar as diretrizes gerais da política social a ser observada.

d) O Conselho de Administração é o órgão colegiado de direção superior da OIT, constituído por 28 (vinte e oito) representantes de governos, 14 (quatorze) representantes de empregados e 14 (quatorze) representantes de

empregadores.

e) A Conferência Internacional do Trabalho tem composição tripartite, integrada por representantes do governo, de trabalhadores e de empregadores para cada Estado.

32. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. Na difamação é sempre cabível a exceção da verdade.

II. A configuração do crime de apropriação indébita previdenciária somente ocorre quando não há o repasse à previdência social das contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.

III. Depois de iniciada a ação fiscal, se espontaneamente o agente declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, considera-se extinta a punibilidade quanto ao crime de apropriação indébita previdenciária.

IV. A conduta do empregador de omitir da folha de pagamento o segurado empregado, com o fim de suprimir contribuição social previdenciária, tipifica o crime de apropriação indébita previdenciária.

a) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

b) Apenas a proposição II é verdadeira.

c) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

33. São crimes contra a administração da justiça:

a) Sonegação de papel ou objeto de valor probatório; evasão mediante violência contra a pessoa; extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; impedimento, perturbação ou fraude de concorrência; patrocínio infiel.

b) Exercício arbitrário das próprias razões; favorecimento real; exercício arbitrário ou abuso de poder; motim de presos; corrupção passiva; denúncia caluniosa.

c) Exercício arbitrário ou abuso de poder; arrebatamento de preso; coação no curso do processo; peculato; fraude processual.

d) Falso testemunho ou falsa perícia; denúncia caluniosa; desacato; coação no curso do processo.

e) Fraude processual; denúncia caluniosa; falso testemunho ou falsa perícia; exercício arbitrário ou abuso de poder; motim de presos; sonegação de papel ou objeto de valor probatório.

34. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. A interrupção da prestação do serviço de transporte à coletividade prestado por empresa permissionária de serviço público, causada por suspensão ou abandono coletivo de trabalho, constitui crime contra a organização do trabalho.

II. O conceito desfavorável emitido pelo servidor público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever de ofício, configura crime de injúria ou difamação, conforme o caso.

III. A lei não prevê o crime de injúria qualificada.

IV. Para que se considere coletivo o abandono de trabalho, configurador do crime de paralisação de trabalho tipificado no Código Penal, é indispensável o concurso de, pelo menos, três empregados.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

35. Considerando as proposições abaixo, à luz do Direito Processual

Civil, assinale a alternativa correta:

I. Segundo o entendimento sumulado pelo STJ, não pode a execução fundar-se em mais de um título extrajudicial relativos ao mesmo negócio.

II. De acordo com o CPC, ao pleitear medida cautelar preparatória, deverá o requerente fazer constar na respectiva petição: a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.

III. O credor, que estiver na posse de coisa pertencente ao devedor, por direito de retenção, poderá escolher entre promover a execução sobre o bem retido ou sobre outros bens do devedor.

IV. Em sede de prova, somente as presunções legais são aceitas pela sistemática processual em vigor.

a) Apenas a proposição II é verdadeira.

b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

d) Todas as proposições verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

36. Considerando as proposições abaixo, à luz do Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

I. No caso de desistência da execução pelo credor, serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios. Nos demais casos, a extinção dependerá da concordância do embargante.

II. São impenhoráveis os livros, as máquinas, as ferramentas e os utensílios, bem como outros instrumentos ou bens móveis necessários para o funcionamento da empresa.

III. A desistência da ação não impede o prosseguimento da reconvenção.

IV. As exceções de incompetência, de impedimento e de suspeição, quando

recebidas, suspendem o curso do processo.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

37. Considerando as proposições abaixo, à luz do Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

I. Tratando-se de causa que envolva Estado estrangeiro e Município, o recurso ordinário será julgado pelo STJ

II. Toda e qualquer execução contra a Fazenda Pública deve estar sujeita a precatório.

III. Na liquidação da sentença, dependendo o cálculo de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até trinta dias para o cumprimento da diligência.

IV. De acordo com o CPC, as provas produzidas em audiência deverão observar a seguinte ordem: depoimentos pessoais das partes, depoimentos das testemunhas, oitiva do perito e dos assistentes técnicos.

a) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.

b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.

c) Apenas a proposição III é verdadeira.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

38. Considerando as proposições abaixo, à luz do Direito Processual Civil, responda:

I. A revelia não induz a confissão ficta se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considere indispensável à prova do ato.

II. a revelia não induz a confissão ficta se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.

III. Nos termos da legislação processual civil, considera-se ato atentatório à dignidade da Justiça quando o executado resiste injustificadamente às ordens judiciais.

IV. A sentença contra a Fazenda Pública não está sujeita ao duplo grau de jurisdição sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a sessenta salários mínimos.

a) Apenas as proposições I, II e IV são verdadeiras.

b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

c) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

39. Analise as proposições abaixo e responda:

I. A inamovibilidade constitui prerrogativa do magistrado, impedindo, em qualquer hipótese, a sua remoção de ofício para outra comarca.

II. É vedado ao juiz que se encontra em disponibilidade exercer mais de uma função no magistério.

III. Os juízes, vitalícios ou não, somente poderão perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

IV. O juiz aposentado somente poderá exercer a advocacia depois de decorridos três anos do afastamento do cargo.

a) Há apenas uma proposição verdadeira.

b) Há apenas duas proposições verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

40. Sobre as Medidas Provisórias, analise as proposições abaixo e responda:

I. Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos para operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele (exercício) em que foi editada.

II. É vedada a sua edição sobre matéria reservada a lei complementar.

III. A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. Para o exame dos aspectos formais e materiais das medidas provisórias, sua votação será iniciada no Senado Federal.

IV. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

a) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

c) Apenas a proposição IV é verdadeira.

d) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

41. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. O exercício de qualquer atividade econômica depende de autorização de órgãos públicos.

II. A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

III. A lei orçamentária anual compreenderá apenas o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, compreendendo, ainda, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

IV. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional.

a) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.

b) Apenas as II e III são verdadeiras.

c) Apenas a proposição IV é verdadeira.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) Todas as proposições são falsas.

42. A lei civil não considera interessado para requerer a abertura da sucessão provisória dos declarados ausentes:

a) O cônjuge separado judicialmente.

b) O credor de obrigações vencidas e não pagas.

c) O herdeiro presumido.

d) O que tem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

43. Considerando as proposições abaixo, assinale a proposição verdadeira:

a) A legitimação para a defesa coletiva dos direitos do consumidor em Juízo é concorrente do Ministério Público, União, Estados, Municípios e Distrito Federal; entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, e associações que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, legalmente constituídas há pelo menos um ano, podendo o juiz dispensar esse requisito somente quando evidenciada a relevância do bem jurídico a ser protegido, nos termos da lei.

b) A lei determina que nas lides envolvendo direitos do consumidor haverá a inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

c) Apenas constitui motivo para o representante comercial requerer a rescisão contratual quando houver a quebra direta da exclusividade, se prevista em contrato.

d) Segundo o Código de Defesa do Consumidor, para os fins das práticas comerciais e da proteção contratual, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.

e) Todas as alternativas são falsas.

44. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. Segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986) na falta de tripulantes brasileiros, a juízo da autoridade aeronáutica, instrutores estrangeiros poderão ser admitidos como tripulantes, desde que em caráter provisório, e que essa provisoriedade contratual não exceda de seis meses.

II. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, desde que provocada por má administração.

III. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), no que se refere à composição da tripulação, pode-se dizer que poderão ser empregados comissários estrangeiros, desde que o número não exceda a um terço dos comissários a bordo da mesma aeronave.

IV. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o importador só não será responsabilizado quando provar que não colocou o produto no mercado ou que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste. Não

será responsabilizado ainda quando provar que o consumidor também agiu de forma culposa, embora não exclusiva.

- a) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I , II e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

45. Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa falsa:

- a) Como regra geral, os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis. Entretanto, essa inalienabilidade não se apresenta em caráter absoluto, na medida em que existem leis que disciplinam a alienação de bens públicos.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são sempre inalienáveis.
- c) Os imóveis públicos situados na zona rural não poderão ser objeto de usucapião.
- d) Como regra geral, toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, mas há casos em que tais formalidades são inexigíveis, por incompatibilidade com a própria natureza do contrato.
- e) Na doação de imóveis públicos com encargo é necessária a cláusula de reversão para a eventualidade do seu descumprimento.

46. Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Quanto à prestação de serviços, quando não for convencionado prazo certo, tampouco esse prazo possa ser deduzido da própria natureza do

contrato, ou ainda do costume do lugar, qualquer das partes poderá, a seu livre arbítrio, resolver o contrato, sujeitando-se, entretanto, para a validade da rescisão, avisar a parte contrária, cujo aviso prévio deverá ser dado de véspera quando se tenha contratado por menos de sete dias.

II. Quanto à extinção dos contratos, a rescisão unilateral é meio de extinção da relação contratual, por ato potestativo de uma das partes, a qual opera-se mediante denúncia notificada à outra parte. Se, porém, dada a natureza do contrato uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

III. Tratando-se da exceção de contrato não cumprido, se depois de concluído o contrato houver diminuição patrimonial a uma das partes contratantes capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

IV. Tratando-se das cláusulas especiais à compra e venda, na venda sobre documentos a tradição da coisa é substituída pela entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato ou, no silêncio deste, pelos usos. Achando-se a documentação em ordem, não pode o comprador recusar o pagamento a pretexto de defeito de qualidade ou do estado da coisa vendida, salvo se o defeito já houver sido comprovado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

47. Considerando as proposições abaixo, responda:

I. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exceto em questões administrativas.

II. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores que integram a categoria que representa, inclusive em questões judiciais e administrativas, desde que filiados.

III. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, inclusive em questões administrativas.

IV. Ao sindicato cabe a defesa apenas dos direitos e interesses individuais da categoria, inclusive em questões judiciais.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

48. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A Conferência Internacional do Trabalho, como órgão supremo da Organização Internacional do Trabalho, é responsável pela elaboração da regulamentação internacional do trabalho e das questões que lhes são conexas. Para tal mister, pode adotar apenas dois tipos de instrumentos, quais sejam: a Convenção e a Recomendação.
- b) O princípio da *lex loci executionis* foi reconhecido pela Convenção de Direito Internacional Privado de Havana.
- c) A Declaração sobre Princípios Fundamentais e Direitos do Trabalho estabeleceu quatro princípios fundamentais: liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; erradicação da discriminação da mulher no local de trabalho e abolição do trabalho infantil.
- d) A OIT foi instituída pelo Tratado de Versailles em 1919. Entretanto, sua efetiva atuação somente foi sentida a partir da revisão da sua Constituição e no respectivo reconhecimento pela ONU em 1946.
- e) Todas as alternativas anteriores são falsas

49. Não se trata de hipótese de extinção do processo com resolução de mérito:

- a) Quando o juiz pronunciar a decadência.
- b) Coisa julgada.
- c) Renúncia ao direito sobre o qual se funda ação.
- d) Reconhecimento do pedido pelo réu.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

50. Não se trata de hipótese de extinção do processo sem resolução de mérito:

- a) Indeferimento da petição inicial.
- b) Litispendência.
- c) Convenção de Arbitragem.
- d) Transação.
- e) Perempção